



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
GABINETE DO JUIZ AUXILIAR DA PRESIDÊNCIA
REINALDO DE OLIVEIRA DUTRA

Nº 000130/2025

DATA E HORÁRIO:	07 de julho de 2025, às 15h.
LOCAL:	Sala Zoom
REUNIÃO CONDUZIDA POR:	REINALDO DE OLIVEIRA DUTRA, Juiz Auxiliar da Presidência
PROAD:	202206000343884
SECRETÁRIO (A):	MARCIA LYSSA BARBALHO DA COSTA
PARTICIPANTES:	<ol style="list-style-type: none">1. Dr. REINALDO DE OLIVEIRA DUTRA, Juiz Auxiliar da Presidência;2. DAHYENNE MARA MARTINS LIMA ALVES, Secretária-Geral da Presidência;3. ANTÔNIO PIRES DE CASTRO JÚNIOR, Diretor de Inteligência Artificial, Ciência de Dados e Estatística;4. DIEGO CÉSAR SANTOS, Diretor de Planejamento e Inovação;5. CLÉCIO SILVA MARQUEZ, Diretor de Planejamento e Programas da Corregedoria-Geral da Justiça;6. JOÃO MARCOS ROCHA FERREIRA, Analista Judiciário da DIACDE;7. ANA CLÁUDIA BASTOS LOUREIRO MONÇÃO, Analista Judiciária da Diretoria de Tecnologia da Informação;8. JAQUELLINE MARTINS E SILVA, Coordenadora de Inteligência e Inovação.9. ELKA CANDIDA – EJUG;10. MARCIA LYSSA B COSTA – Assessora de Juiz Auxiliar da Presidência;

I – Abertura

A reunião foi aberta pelo Dr. Reinaldo, que contextualizou o encontro como decorrente de solicitação do servidor Diego, tendo como objetivo principal a organização e o direcionamento das ações desenvolvidas no âmbito do Grupo de Pesquisas Judiciárias (GPJ), especialmente diante da inspeção promovida pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

II – Pontos Abordados

Dr. Reinaldo apresentou esclarecimentos iniciais sobre o funcionamento do GPJ e a motivação da reunião, reforçando a necessidade de alinhamento institucional com as diretrizes do CNJ.

Jaqueline complementou destacando que o foco era tratar das ações já realizadas, dos planos em execução e do alinhamento com a inspeção.

Dr. Reinaldo sugeriu estabelecer interlocução direta com o Departamento de Pesquisas Judiciárias (DPJ) ou algum representante do CNJ, com o intuito de compreender com mais precisão as expectativas do Conselho quanto às atribuições e entregas do GPJ.

Clécio opinou pela reformulação do fluxo de trabalho do GPJ, de modo que ideias, projetos e demandas oriundas de outras áreas do Poder Judiciário sejam analisadas e consolidadas pelo GPJ em relatórios e planos institucionais.

Dr. Reinaldo manifestou concordância com a proposta e questionou se tal reposicionamento estaria efetivamente em consonância com as diretrizes do CNJ.

Clécio mencionou a Resolução CNJ nº 462/2022, que trata da criação de redes de pesquisas judiciárias, ressaltando sua importância para o redesenho e fortalecimento da atuação do GPJ.

Antônio Pires destacou que, do seu ponto de vista, o GPJ já realiza ações pertinentes às suas atribuições, como coleta e análise de dados, atendimento a demandas institucionais e eventos promovidos pela EJUG. Contudo, indicou a necessidade de consolidar essas iniciativas sob uma estrutura comum e mais organizada.

Dahyenne concordou com os pontos levantados e sugeriu que seja feita a listagem das ações atualmente desenvolvidas no escopo do GPJ.

Diego destacou as seguintes ações realizadas pela DPI:

- Coleta e análise de dados dos sistemas judiciais e administrativos atinentes à estratégia nacional e prêmios.
- Desenvolvimento e disponibilização de painéis a partir dos dados analisados

III – Diligências e Ponderações

Ficou acordado que cada unidade integrante do Grupo de Pesquisas Judiciárias apresentará, posteriormente, as ações que estão sob sua responsabilidade.

Os participantes reforçaram a importância de promover interlocução proativa com o CNJ, a fim de assegurar que as iniciativas em curso estejam em consonância com as expectativas do Conselho.

Diego informou que todas as ações desenvolvidas pelo TJGO já foram devidamente relatadas ao CNJ, bem como realizada a atualização da página institucional do GPJ, medidas que contribuem para maior transparência às iniciativas em curso e pode mitigar eventuais dúvidas por ocasião da inspeção.

Dr. Reinaldo reiterou a importância de contato direto com o DPJ/CNJ, mesmo diante da ausência de apontamentos formais durante a inspeção, com vistas a assegurar maior segurança institucional.

V – Encaminhamentos

As áreas envolvidas seguirão com a execução das ações atualmente em curso.

Será aguardado o prosseguimento da inspeção do CNJ para eventual validação formal das atividades do GPJ.

Em momento oportuno, será buscada interlocução direta com o Departamento de Pesquisas Judiciárias do CNJ, com o intuito de alinhar diretrizes, expectativas e boas práticas relacionadas ao funcionamento do GPJ.

PROVIDÊNCIAS:

1. Lavre-se a ata e junte-se aos autos **202206000343884**.

CONCLUSÃO: Nada mais havendo a tratar, devidamente aprovada a ata, encerrou-se a reunião. Eu, Marcia Lyssa Barbalho da Costa, Assessora de Juiz Auxiliar da Presidência lavrei a presente ata.

Goiânia, datado e assinado digitalmente.

REINALDO DE OLIVEIRA DUTRA

Juiz Auxiliar da Presidência

ASSINATURA(S) ELETRÔNICA(S)

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Para validar este documento informe o código 111202966867 no endereço <https://proad-v2.tjgo.jus.br/proad/publico/validacaoDocumento>

Nº Processo PROAD: 202206000343884 (Evento nº 139)

REINALDO DE OLIVEIRA DUTRA

JUIZ AUXILIAR

JUIZ AUXILIAR DA PRESIDÊNCIA - REINALDO DE OLIVEIRA DUTRA

Assinatura CONFIRMADA em 04/08/2025 às 18:56

